

As maiorias valem pouco

Congresso

MAILSON DA NÓBREGA *

Com o número de cadeiras no Congresso praticamente definido (falta saber a composição da bancada do Rio de Janeiro), indaga-se agora sobre a maioria para apoiar o futuro presidente da República. Examinemos a questão pelo lado da Câmara (o resultado não será diferente se o fizermos pelo lado do Senado).

A aliança que elegera Fernando Henrique (PSDB, PFL, PTB) tem apenas 184 cadeiras. A maioria se alcança com 257 (o total é de 513 deputados). Os céticos dirão que será difícil aprovar algo. Já os crentes lembrarão que FHC pode contar com os 49 deputados dos partidos que aderiram durante a campanha (PP e PL). A soma irá para 233, ainda insuficientes, notarão os pessimistas.

Os otimistas afirmarão que somente votam contra o governo os partidos de esquerda (PT, PDT, PSB, PC do B, PPS e PV). Assim, os demais partidos devem apoiar o presidente, porque ele é adepto da economia de mercado ou por um adesismo natural. Logo, estarão com o governo outras siglas PMDB, PPR, PSD, PRN, PMN, PSC e PRP que juntas perfazem 170 deputados.

Com essa sopa de letras, o presidente poderia contar com 403 votos. Conseguiria até mesmo as sonhadas reformas da Constituição de 1988, pois o quórum para essa façanha é de 308 deputados. Mesmo que alguns do PMDB não queiram juntar-se ao grupo, continuarão os otimistas, ainda assim dá folgadoamente para assegurar a governabilidade.

A realidade é muito distinta desse quadro. Maiorias parlamentares no Brasil significam muito pouco. O sistema partidário não reúne as condições essenciais para viabilizar decisões complexas. Inexistem mecanismos de incentivo a qualquer tipo de decisão. Nada garante que um eventual bloco majoritário venha a decidir de acordo com os interesses

da sociedade. Quem costuma vencer são as minorias do corporativismo cartorial.

O simples enunciar das siglas já mostra a dificuldade de administrar a coalizão. Nenhum parlamentar é obrigado a seguir a orientação de seu partido. Seu poder de barganha reside na capacidade de votar contra. Mesmo quando integra o bloco governista, o deputado tem direito a agir na direção contrária: não comparecer, abster-se ou votar com a oposição. Não há qualquer sanção por sua conduta.

O déficit decisório é enorme. A maioria das leis tem origem em medidas provisórias, algumas reeditadas mais de 20 vezes. A do Plano Real ainda não foi aprovada. É difícil, por exemplo, explicar a um estrangeiro que a nova moeda criada, influenciou politicamente a eleição presidencial, mas em tese o Plano Real ainda poderá ser rejeitado pelo Congresso.

Tal como organizado, o sistema político leva à fragmentação, à irresponsabilidade social e à paralisia decisória. Sua estrutura pode até ter servido para alguma coisa no passado, mas é inteiramente obsoleta para os desafios do momento. O melhor agora seria o voto distrital, puro ou misto. Não dá para manter o sistema proporcional com voto uninominal, personalista, abandonado em todos os países sérios. O parlamentar não pode mais continuar sendo proprietário de seu mandato, nem fazer dele o que bem entender.

Voltemos à questão da maioria. Ela não é de todo inútil. Pelo menos indica ao governo os líderes partidários a quem se dirigir, caso a caso, para a aprovação de seus projetos. Em muitas situações, esses líderes sabem a demanda de seus liderados e podem oferecer-lhes recompensas fisiológicas para garantir sua presença no plenário e o voto a favor do governo.

Com raras exceções, os partidos contam pouco no sistema político brasileiro. As bancadas corporativistas contam muito mais. Existem cerca de 20 delas, mais do que o número de

partidos. A jurássica bancada ruralista teria entre 180 e 200 membros, quantidade superior à dos partidos da aliança de Fernando Henrique. Se ela se unir em defesa de reescalamentos, subsídios e perdão de dívidas (como já aconteceu várias vezes), pode bloquear qualquer decisão.

Felizmente, essa geléia geral decide quando há uma frente ampla da sociedade apoiando o presidente. Eleições plebiscitárias como as de 3 de outubro constituem a mais inequívocas dessas frentes. Collor conseguiu aprovar discutíveis medidas no início de seu governo, apesar de seu partido, o PRN, dispor de menos de 5% das cadeiras. O contrário ocorreu quando o presidente é rejeitado pela opinião pública. Collor é de novo o exemplo: 82% do Congresso votaram pelo impeachment.

O prestígio político e a popularidade de Fernando Henrique, sem paralelo, serão o instrumento essencial para aprovar as medidas necessárias. O Congresso perceberá que ele recebeu uma delegação explícita do povo para consolidar o Plano Real e efetuar as mudanças. São elevadas, assim, as chances de apoio parlamentar. Se ele conseguir a maioria, poderá ter seu caminho facilitado. Mas o êxito de seu governo dependerá pouco disso.

Fernando Henrique certamente colocará seus dotes intelectuais e de conhecimento da realidade brasileira a serviço da melhoria da legislação eleitoral e partidária para que o Congresso eleve substancialmente sua capacidade decisória. Será uma tarefa tão complexa quanto a de enfrentar a cultura inflacionária. Do mesmo modo como se resiste à desindexação, muitos se oporão a que se modernize o sistema político, sem o que as maiorias parlamentares permanecerão tendo pouca serventia.

* Ex-ministro da Fazenda e sócio-diretor da MCM Consultores Associados